

# População deve ser envolvida na descontaminação da Terceira

FOTOGRAFIA ARQUIVO/DI



**JOSÉ MANUEL MENDES** "...a melhor estratégia de comunicação do risco assentaria na promoção da discussão pública..."

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, investigador do CES – Centro de Estudos Sociais e Coordenador do Observatório do Risco, José Manuel Mendes, natural das Lajes, considera fundamental um debate sereno sobre a contaminação/descontaminação da Terceira.

**É OU NÃO IMPORTANTE MONTAR UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO RISCO NUMA SITUAÇÃO COMO O CASO DA CONTAMINAÇÃO DE SOLOS E AQUÍFEROS NA ILHA TERCEIRA A PARTIR DA BASE DAS LAJES?**

Para responder à questão colocada é necessário definir primeiro o que se entende por comunicação do risco. A comunicação do risco tem por objetivo fornecer às pessoas e a todas as entidades diretamente afetadas, toda a informação necessária, baseada no melhor conhecimento existente, para as mesmas tomarem decisões que reflitam as suas preferências

e opções. Estas decisões têm por objetivo último, numa lógica de bem público, o bem-estar e a segurança das populações e a promoção de modos de vida sustentáveis. Quando a comunicação envolve riscos relacionados com a saúde humana e a qualidade ambiental, a mesma torna-se mais difícil devido a vários fatores: os efeitos dos riscos só se manifestam no médio e no longo prazo; são difíceis de detetar diretamente pelo ser humano; interagem com outros fatores de risco.

No caso da contaminação dos solos e aquíferos na ilha Terceira, esta-

mos perante uma situação de controvérsia científica, embora com a existência de relatórios elaborados por entidades independentes e de grande prestígio como o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, entre outras. Nesta fase, em que as entidades oficiais, como a Câmara Municipal da Praia da Vitória e a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores (ERSARA), asseguram a qualidade da água de consumo humano na zona da Praia da Vitória e na Ilha Terceira, baseadas nos parâmetros oficiais definidos na legislação nacional e europeia, a perceção do risco pelas populações e entidades afetadas é marcada pela incerteza e pela indefinição. A incerteza e a indefinição podem afetar a confiança nas instituições e nas entidades reguladoras, e sem confiança não há comunicação do risco nem, a médio ou longo prazo, cooperação e participação cívica.

Daí que, na minha opinião, as entidades oficiais, como a própria Câmara Municipal da Praia da Vitória,

mas também o Governo Regional dos Açores e a Assembleia Legislativa, não podem ignorar a existência de dados não contemplados nas análises parametrizadas que indicam para contaminações suscetíveis de terem impacto na saúde humana e na qualidade ambiental. Neste caso, a melhor estratégia de comunicação do risco assentaria na promoção da discussão pública do tema, com a organização de sessões de debate e de esclarecimento, recorrendo também à análise de situações análogas em bases militares e seu impacto nas comunidades envolventes nos Estados Unidos e em outros pontos do mundo. Um estudo epidemiológico de despistagem de efeitos na saúde humana também poderia ser importante, recorrendo todas estas estratégias de comunicação do risco ao princípio da precaução e à correta informação das populações.

**QUAIS AS PRINCIPAIS SITUAÇÕES PREVISÍVEIS QUE PODEM SER ANTECIPADAS E RESOLVIDAS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO DO RISCO? E QUAIS AS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS PREVISÍVEIS FACE À AUSÊNCIA DESSE TIPO DE COMUNICAÇÃO?**

Como assinalado anteriormente, uma comunicação do risco baseada no princípio da precaução permite evitar ou mitigar futuros efeitos negativos na saúde humana e qualidade ambiental dos riscos em causa, mantendo a confiança pública nas instituições. A ausência de comunicação do risco pode conduzir, no médio e longo prazo, caso se verifiquem efeitos claros na saúde humana e na qualidade ambiental, a situações de litigação, de desconfiança institucional e de desarticulação comunitária e dos laços sociais, sempre mais prevalentes em riscos deste teor.

**QUAL O PAPEL DA VERDADE NA COMUNICAÇÃO DO RISCO?**

A comunicação do risco deve basear-se sempre no melhor conhecimento disponível e certificado sobre o tema em causa. Por outro lado, a investigação científica pauta-se pela procura da verdade e por métodos rigorosos de produção dos dados. No caso em análise, a situação é complexa porque temos estudos científicos

que apontam para a existência da contaminação dos aquíferos, embora os parâmetros analisados não figurem na monitorização estandarizada definida na legislação para a determinação da qualidade da água para consumo humano. Além de ser importante alargar a análise ao impacto da contaminação na produção alimentar humana e animal, não se atendo somente à água para consumo humano, a existência da contaminação não pode ser ignorada. Sobretudo pelas entidades e organismos que têm como obrigação zelarem pela segurança e bem-estar das populações.

**NUM CASO COMO O DA CONTAMINAÇÃO DA ILHA TERCEIRA PELOS NORTE-AMERICANOS, QUE ENTIDADES DEVEM ESTAR ENVOLVIDAS NUMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO RISCO? QUAL A FACE VISÍVEL QUE DEVE TER ESSA COMUNICAÇÃO E QUAIS OS PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS?** Devem estar envolvidas todas as entidades diretamente envolvidas na segurança e bem-estar das populações, da Câmara Municipal ao Governo Regional e Assembleia Legislativa, e, tratando-se da relação com uma entidade estrangeira, do Ministério da Defesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A própria União Europeia pode ser envolvida, pelas Direção-Geral do Ambiente e Direção Geral da Justiça e dos Consumidores, e claro por representantes de associações ambientalistas e cívicas. Os principais destinatários seriam as populações diretamente afetadas pela contaminação, além de outros interessados, como agentes económicos (hotelaria; turismo, etc.). Entre a população, os destinatários prioritários seriam os grupos etários mais suscetíveis (mais de 65 anos e menos de 5 anos) e pessoas com doenças crónicas.

Um trabalho importante seria também realizado através da educação para o risco nas escolas.

**NOS PROCESSOS DE LEVANTAMENTO (IDENTIFICAÇÃO) GLOBAL DA CONTAMINAÇÃO E DE DESCONTAMINAÇÃO, QUAL O GRAU DE ENVOLVIMENTO QUE DEVE SER ASSUMIDO PELA COMUNIDADE AFETADA? COMO DEVE PROCESSAR-SE O ENVOLVIMENTO DE CIDADANIA, POR PARTE DAS POPULAÇÕES AFETADAS, NESTE PROCESSO?**

A participação das populações nos processos de avaliação do risco é fundamental para a construção de epistemologias cívicas por parte dos cidadãos e das cidadãs, sendo que, baseado no princípio da ecologia dos saberes, os conhecimentos das pessoas afetadas são essenciais para a perceção do risco e a ativação de



**VALORES EM CONFRONTO** "...o bem público e o bem-estar das populações estão acima das lutas momentâneas..."

comportamentos sustentáveis. A importância da participação acentua-se em situações de controvérsia científica, como a da contaminação dos solos e aquíferos, pois a perceção do risco está marcada pela incerteza, pela contradição, pela prevalência de fatores identitários e culturais, sobretudo porque estão em presença entidades estrangeiras com grande peso económico, social e cultural na Praia da Vitória e na Ilha Terceira.

**QUAL O PAPEL DA CIÊNCIA E QUE PAPEL DEVEM ASSUMIR OS CIENTISTAS, NUMA SITUAÇÃO DE CONTAMINAÇÃO COMO AQUELA QUE ESTÁ A AFETAR A ILHA TERCEIRA? QUAIS OS IMPACTOS PREVISÍVEIS NA OPINIÃO PÚBLICA DE INFORMAÇÕES CONTRADITÓRIAS PROVENIENTES DO**

**MUNDO DA CIÊNCIA?**

Os cientistas devem pautar-se, como é sua obrigação, pela produção e análise rigorosa dos dados existentes, atendendo sempre à segurança e bem-estar das populações. A inexistência de dados definitivos deve ser lida à luz do princípio da precaução e do rigor analítico. Considero que no caso da contaminação dos solos e aquíferos na Praia da Vitória e na Ilha Terceira, mais do que factos contraditórios, estamos na presença de dados que estão a ser interpretados de forma distinta. Com efeito, parece consensual a existência de contaminação dos solos e dos aquíferos, embora essa contaminação não seja possível de analisar pelos parâmetros existentes para a deter-

O CASO DAS MINAS DE URÂNIO DA URGEIRIÇA

## Lições que nos servem

**JÁ PARTICIPOU EM ALGUM PROCESSO IDÊNTICO A ESTE DA ILHA TERCEIRA? QUAL O DESFECHO E QUE PRINCIPAIS LIÇÕES PODEM SER RETIRADAS PARA O CASO TERCEIRENSE?**

Eu, como investigador e coordenador de um projeto científico no âmbito do Observatório do Risco do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, estive envolvido, com uma vasta equipa, no estudo da contaminação por radioatividade na zona de exploração das antigas minas de urânio da Urgeiriça, concelho de Nelas, distrito de Viseu. Embora este estudo assumisse contornos completamente distintos, algumas conclusões e ensinamentos podem ser retirados:

- o papel e a persistência das associações ambientalistas locais e dos representantes dos trabalhadores em manter o assunto na agenda pública;
- o papel dos eleitos locais;
- a centralidade de uma queixa por poluição ambiental à União Europeia;
- a importância do estudo epidemiológico a cargo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) e dos dados científicos no reconhecimento do impacto da radioatividade na saúde humana e na qualidade ambiental;
- a relevância do sofrimento, das viúvas e dos antigos mineiros, como fator de mobilização e de visibilidade políticas. ❏

minação da qualidade da água de consumo humano. Coloca-se, então, a questão: deve a contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados ser ignorada? Claro que não, pelas consequências futuras, a nível da saúde humana e da qualidade ambiental, que podem acarretar. Como proceder? Fomentando um debate sereno e factual e recorrendo a boas práticas em situações análogas noutros contextos geográficos, envolvendo desde o início as populações afetadas e as entidades diretamente interessadas.

Caso nada seja feito e se verifiquem futuramente efeitos diretos na saúde humana e na qualidade ambiental, os danos na confiança institucional e na perceção dos riscos serão enormes para qualquer comunicação do risco futura e para a produção de comportamentos sustentáveis.

**COMO SE EXPLICA O ENVOLVIMENTO DE CIENTISTAS E DE POLÍTICOS, MESMO AÇORIANOS, EM ESTRATÉGIAS DE MINIMIZAÇÃO DO PROBLEMA?**

Não conheço de forma direta e com informação fidedigna o papel e a atuação dos políticos e dos cientistas no problema em causa. Considero que estando perante uma controvérsia científica emergem sempre diferentes versões, diferentes interpretações que convém acolher e incluir no debate na esfera pública. Numa controvérsia científica temos também uma maior presença de interesses políticos, sociais e culturais e de lógicas mais exacerbadas de lógicas e de dinâmicas de poder. Contudo, convém não esquecer que o bem público e o bem-estar das populações estão acima das lutas momentâneas, e que os efeitos de quaisquer riscos a nível da saúde pública e da qualidade ambiental, caso existam, acabarão por emergir com consequências nefastas na sua prevenção e mitigação se ignorados ao longo do tempo.

**COMO SE PODE INTERPRETAR O FACTO DE AS ORGANIZAÇÕES AMBIENTALISTAS, QUER NACIONAIS QUER REGIONAIS, ESTAREM PRATICAMENTE AFASTADAS DO CASO DE CONTAMINAÇÃO DA ILHA TERCEIRA PELOS NORTE-AMERICANOS?**

Não tenho uma resposta fundamentada porque não estudei especificamente o envolvimento das organizações ambientalistas no assunto. Contudo, os estudos sociais de ciência e de tecnologia indicam de forma clara o papel das associações ambientalistas, em conjugação com o efeito de amplificação social da comunicação social, na consciencialização e na perceção do risco sobre este tipo de riscos e na adoção de políticas públicas consequentes. ❏